

DECLARAÇÃO POLÍTICA

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia

Exma. Sras. Deputadas e Srs. Deputados

Exmo. Sr. Presidente do Governo

Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo

Assiste-se a um debate em toda a Europa sobre a próxima política comum para as Zonas Rurais e Agricultura.

Mas o que se debate. Debate-se a produção de alimentos, a produção de energia, a fixação de pessoas, o turismo, o valor paisagístico, a protecção da natureza, a conservação da biodiversidade, a cultura, a gastronomia, a segurança alimentar, o combate às alterações climáticas, a inovação científica, o ordenamento do território, o património e arquitectura. **A isto chamamos preocupações dos Açores.**

Um debate urgente que se prende, principalmente, na habilidade negocial para se produzir uma PAC capaz de adaptar os meios financeiros às necessidades de cada território. Necessidades actuais e futuras, desde que cada território tenha a sua estratégia e visão.

Foi nesta circunstância de pré-reforma da PAC que se realizou o Congresso da Agricultura dos Açores organizado pela Federação Agrícola trazendo um relevante contributo de reflexão e **lançando para a discussão temas e opiniões.**

Um encontro que teve o mérito, acima de tudo, de evidenciar e transportar por via dos Agricultores para o conhecimento público a grandeza do que se discute.

Um encontro que trouxe conclusões que alguns não ouviram.

O PSD na responsabilidade que detém neste Parlamento apresentou um Projecto de Resolução, na sessão do passado mês de Abril, sobre a necessidade da Assembleia Legislativa dos Açores se envolver e tomar posição sobre a reforma da PAC pós 2013.

Tratava-se de uma **proposta de envolvimento** que abrangia não só as forças políticas representadas no Parlamento mas também a própria sociedade civil Açoriana.

Audições e contributos que **objectivavam um conjunto de princípios** sobre a Agricultura e Zonas Rurais a enviar às Instituições Europeias e ao Governo da República.

Todos os partidos políticos com assento no Parlamento votaram a favor, excepto o Partido Socialista, que, com a sua maioria absoluta, fez chumbar a iniciativa.

O Partido Socialista incomodado por não ter tomado a dianteira, de imediato anuncia a criação de um grupo interno para a reforma da PAC impedindo assim o debate plural. **Estranha forma de democracia. Meus senhores não fujam ao debate.**

Curiosamente na Assembleia da República, **foi aprovada recentemente e por unanimidade**, uma proposta dos deputados do PSD da Comissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, que visa e passo a citar **“o agendamento imediato de audições específicas sobre a reforma da PAC em curso e perspectivas financeiras, nomeadamente das principais organizações do sector e do Governo”** fim de citação.

Como se pode depreender, o Partido Socialista nos Açores, e, consequentemente o Governo Regional, estão isolados na sua teimosia em não querer **reconhecer a importância do Parlamento neste debate.**

Mas o que nos move não é a teimosia do PS, mas sim os interesses de toda a sociedade açoriana.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia

Exma. Sras. Deputadas e Srs. Deputados

Exmo. Sr. Presidente do Governo

Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo

O Ministro da Agricultura criou um grupo de peritos para o aconselhar durante o período de discussão da PAC.

O grupo tem por missão participar na identificação dos principais desafios e opções nacionais em relação ao futuro da PAC pós 2013, apoiando o Ministério na dinamização e orientação da discussão pública e na melhor fundamentação das suas decisões políticas.

Todavia não existe nenhuma personalidade dos Açores representada neste Grupo. Uma desconsideração para os Açores, região de vocação agrícola e onde a reforma da PAC pode ter maiores implicações sociais e económicas, como é o caso da política do leite e, em especial, o sistema de quotas leiteiras.

O grupo tem elementos de quase todas as Regiões do País e os **Açores não estão lá.** Ou será que a ideia é esquecer propositadamente os Açores para perderem peso de influência, percebendo-se que a produção de leite é uma actividade que Portugal continental está a abandonar.

-

Não se compreende o silêncio do Governo Regional. **Estranha forma de relacionamento.**

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia
Exma. Sras. Deputadas e Srs. Deputados
Exmo. Sr. Presidente do Governo
Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo

Por solicitação do PSD o Secretário Regional da Agricultura e Florestas foi ouvido em sede de Comissão de Economia sobre a política do leite e lacticínios.

Interessava saber, a este momento, o que faz o Governo nesta matéria.

Ficou a saber-se que o Governo Regional não tem qualquer conhecimento sobre o impacto socioeconómico da abolição do sistema de quotas leiteiras para os Açores.

Talvez porque já encontrou a alternativa ao leite, produzir beterraba. De facto a irresponsabilidade política ainda não encontrou limites.

Ficou, também, a saber-se que o Governo Regional não apresentou reivindicações Regionais, para além das tradicionais, ao Governo da República nem às Instituições Europeias.

O Governo está à espera que aconteça em vez de fazer acontecer. O Governo está à espreita em vez de ser agente activo. **Estranha forma de agir.**

Apesar de tudo julgamos que os Açores continuam com vantagens, designadamente, em critérios que nos podem distinguir de forma positiva na revisão da PAC:

Devem, deste modo, surgir **novos argumentos aceites para a despesa pública**, como:

- O critério da multifuncionalidade Regional da Agricultura
- O critério da qualidade dimensional (Uma Agricultura para melhorar os componentes nutricionais dos alimentos)
- O critério da fixação de pessoas (Agricultura com função humanizante)
- O critério do auto-abastecimento (Uma Agricultura para diminuir a nossa dependência externa e promover o consumo interno promovendo-se os benefícios deste consumo)
- O critério da ultra-periferia mas também usando-o de outra maneira, ou seja, pela centralidade Atlântida dos Açores. Porta de entrada do Continente Europeu e do Continente Americano.
- O critério do grau de desfavorecimento (As zonas desfavorecidas não são todas iguais deve haver uma diferenciação)

Temos de fazer valer estes e outros critérios, pois o Meio Rural Açoriano está fortemente fragilizado pela tendência de despovoamento, envelhecimento e deslocalização das empresas económicas.

Estamos **perigosamente** à beira do limiar mínimo de actividade e de população em algumas Ilhas.

Neste sentido, teremos de reivindicar uma política de maior longevidade jurídica, se quisermos à “**prova de tempo**”, até porque os ritmos naturais de Agricultura são de longo prazo e as consequências negativas de curto prazo.

É o caso da política de Desenvolvimento Rural que tem de ser uma **política de maior vocação territorial potenciando melhor a proximidade e a contiguidade**.

É, deste modo, imprescindível reclamar mais autonomia desta política, isto é, fazer crescer a nossa autodeterminação na aplicação destes fundos para consubstanciar uma estratégia de futuro sem disso ausentarmo-nos da base de princípios comuns.

Rejeitamos, assim, que a PAC seja para os Açores um “**banco de urgências**”.

Entenda-se que o nosso desafio não está na fronteira das possibilidades, está, pelo contrário, no centro das possibilidades exista para isso criatividade e iniciativa.

Criatividade para ganhar o combate entre a lógica local e a pressão sobre o crescente liberalismo produtivo. Para o efeito **os novos valores da ruralidade devem ser estabelecidos como novos factores de competitividade**.

Iniciativa para **qualificar a nossa sustentabilidade** e ter o desejado reconhecimento. Um novo conceito deve ser criado para permitir uma determinante actualização das realidades Açorianas.

Senhoras e Senhores Deputados o **PSD volta a afirmar** que este assunto da reforma da PAC pós 2013 tem de ser uma prioridade política neste Parlamento, pois, acreditamos com grande optimismo que o Meio Rural Açoriano e a sua Agricultura representam uma condição de sucesso para o futuro desta Região e um passaporte para o relacionamento dos Açores com o mundo.

Disse 20/05/2010